

A SUBJETIVIDADE SOB O REGIME DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE A CONSTRUÇÃO DA CONSCIÊNCIA NO ÁPICE DA MISTIFICAÇÃO CAPITALISTA.

LA SUBJETIVIDAD BAJO EL RÉGIMEN DE ACUMULACIÓN FINANCIARIZADA: UN ANÁLISIS DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA CONCIENCIA EN LA CÚSPIDE DE LA MISTIFICACIÓN CAPITALISTA.

SUBJECTIVITY UNDER THE FINANCIALIZED ACCUMULATION REGIME: AN ANALYSIS OF THE CONSTRUCTION OF CONSCIOUSNESS AT THE APEX OF CAPITALIST MYSTIFICATION.

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v17i2.64056>

Larissa Bulhões¹

Resumo: O artigo analisa a construção da consciência no capitalismo financeirizado a partir de Leontiev e da crítica marxiana à representação burguesa do real. Apresenta a financeirização como expressão do movimento contraditório do capital em que a propriedade privada controla a produção e a distribuição da riqueza social. Argumenta que, à medida que o capital se autonomiza do processo real de valorização, acentua-se a mistificação do sistema de significados sociais dominante, levando os sujeitos ao repúdio à vida real. Conclui que o enfrentamento dos novos patamares de falseamento da realidade requer recuperar práticas sociais revolucionárias, tendo em vista o poder das tensões reais em transformar o curso da história.

Palavras chave: *Financeirização. Subjetividade. Capitalismo. Fetiche.*

Resumen: El artículo analiza la construcción de la conciencia en el capitalismo financiarizado a partir de Leontiev y la crítica marxiana a la representación burguesa de la realidad. Presenta la financiarización como expresión del movimiento contradictorio del capital, donde la propiedad privada controla la producción y distribución de la riqueza social. Sostiene que, al autonomizarse del proceso real de valorización, el capital intensifica la mistificación del sistema de significados sociales dominante, llevando al rechazo de la vida real. Concluye que enfrentar el falseamiento de la realidad exige recuperar prácticas sociales revolucionarias, considerando el poder de las tensiones reales para transformar la historia.

Palabras clave: *Financierización. Subjetividad. Capitalismo. Fetiche.*

Abstract: The article examines the construction of consciousness in financialized capitalism based on Leontiev and the Marxian critique of bourgeois representation of reality. It argues that financialization reflects the contradictory movement of capital, where private property controls the production and distribution of social wealth. As capital detaches from real valorization, the mystification of dominant social meanings intensifies, leading individuals to reject real life. The study concludes that confronting this falsification of reality requires recovering revolutionary social practices, considering the power of real tensions to transform history.

Keywords: *Financialization. Subjectivity. Capitalism. Fetish.*

Introdução

No atual regime de acumulação financeirizado, o capital portador de juros, definido por Marx (2017b) como o ápice da mistificação capitalista, assume posição predominante nas relações sociais de produção, subordinando a acumulação produtiva aos seus imperativos (Chesnais, 2005; 2016). A presente exposição argumenta que, ao acentuar a autonomização das formas sociais historicamente determinadas pelo modo de produção burguês, a etapa da financeirização agudiza o falseamento da realidade na consciência dos sujeitos. A defesa dessa premissa se alicerça no estudo da representação burguesa do real sob a égide do capitalismo financeirizado, ancorado nos pressupostos de Marx e Leontiev sobre a construção da consciência na sociabilidade burguesa.

A análise marxiana do processo global da produção capitalista (2017b) revela que a fetichização das relações sociais burguesas atinge seu ponto máximo na ilusão, criada pelo capital portador de juros, de que o valor se reproduz independentemente da atividade produtiva. Frente à primazia das formas sociais financeirizadas no capitalismo contemporâneo, as quais são abordadas pela exposição crítica de Marx (2017b) no Livro III de sua obra magna, a investigação em tela partiu do pressuposto de que a análise materialista histórico-dialética da consciência na etapa da financeirização deve ir além da exposição categorial do Livro I da referida obra, ancorando-se na crítica marxiana ao modo como as configurações do capital se apresentam “no senso comum dos próprios agentes da produção” (Marx, 2017b, p.53).

Esta exposição está organizada em seis seções, além da introdução e da conclusão. A primeira seção apresenta a correlação entre a teoria de Leontiev e Marx sobre a consciência na sociedade burguesa, cujos pressupostos teóricos embasaram a análise em tela. A segunda seção aborda, em linhas gerais, o caráter revolucionário da dialética racional marxiana, que situou a lógica hegeliana das determinações da reflexão na concretude da sociedade capitalista, reformulando-a para expor a contradição entre capital e trabalho que a racionalidade burguesa ocultou. Destaca-se que, ao inverter a resolução idealista da contradição proposta por Hegel, o método marxiano demonstrou que a superação da antinomia entre capital e trabalho só pode ocorrer na materialidade histórica, por meio da socialização dos meios de produção e subsistência.

A terceira e a quarta seção sintetizam os principais preceitos marxianos que desvendam a manifestação invertida das formas sociais capitalistas na prática social e na representação burguesa do real. Explicitam-se os condicionantes históricos que restringem a racionalidade burguesa à aparência dos fenômenos na superfície sensível, levando-a a tomar como totalidade as identidades harmônicas que ocultam as contradições internas do capital. Na quinta seção, discute-se o regime de acumulação financeirizado, no qual predominam as formas sociais mais fetichizadas das relações sociais de produção, apresentando-o como resultado do movimento contraditório do capital exposto pela dialética racional marxiana.

Na sexta seção abordam-se as repercussões do capitalismo de dominância financeira na construção da consciência, argumentando que, à medida que o capital se autonomiza do processo real de valorização, a oposição entre o sistema de significados sociais vigentes e os sentidos engendrados na experiência prática se aprofunda. Destaca-se que, na ausência de uma disputa efetiva pela consciência da classe trabalhadora, o

acentuado descolamento entre a ideologia burguesa e a realidade objetiva tem impulsionado os sujeitos ao que Leontiev (2004, p.139) denominou de “repúdio pela consciência da vida real”.

Por fim, este estudo conclui que os novos patamares de falseamento da realidade reforçam a importância da disputa pelas consciências na sociedade contemporânea. Nesse contexto, reivindica-se a contraposição à representação burguesa do real por meio da práxis revolucionária, de modo a desvelar as contradições inerentes ao capitalismo e retomar a luta pela superação das condições materiais de existência sob os ditames do capital.

A consciência na sociedade burguesa: correlações entre Marx e Leontiev

Nesta seção, apresento a articulação entre os preceitos teóricos de Marx e Leontiev sobre a formação da consciência na sociedade de burguesa. Discorro sucintamente sobre o embasamento materialista histórico-dialético da psicologia soviética e adiciono as correlações conceituais específicas entre os escritos dos autores que direcionaram a presente investigação.

A psicologia tradicional se consolidou como ciência sob os postulados científicos da modernidade europeia, os quais não admitem a coexistência de enunciados contraditórios e limitam o conhecimento à esfera sensível. À vista disso, a ciência psicológica burguesa isolou a consciência da atividade prática e a tomou como um pressuposto para a análise dos “processos que se desenrolam na cabeça do indivíduo sob influência de estímulos que atuam sobre ele” (Leontiev, 2021, p.52). Ainda de acordo com Leontiev (2021), Marx já havia criticado os fundamentos dualistas do método científico burguês que dissociam o conhecimento da atividade, restringindo-o à apreensão contemplativa do objeto. Ao preconizar que as bases da epistemologia burguesa não podem ser descoladas das determinações históricas da formação social capitalista, a teoria marxiana anunciou a unidade entre atividade e consciência e abriu os caminhos para a construção da psicologia marxista.

À luz desses fundamentos, a psicologia soviética revelou que a origem histórica da consciência se articula com a atividade do trabalho coletivo requerida no modo de produzir a vida. Segundo Leontiev (2004), a complexidade dessa atividade exigiu que os objetos e a própria organização do trabalho fossem distinguidos teoricamente e estabilizados na consciência humana por meio da linguagem. Portanto, as significações linguísticas, nas quais cristalizam-se as práticas sociais, passaram a ser a forma de existência da consciência humana (Leontiev, 2004).

Ainda segundo o autor, com o desenvolvimento das relações sociais de produção e a complexificação da divisão técnica do trabalho, ampliou-se o domínio dos fenômenos conscientes, contemplando as relações sociais para além do âmbito da produção material. Nesse processo, as significações elaboradas socialmente adquiriram existência particular na experiência prática dos indivíduos. Deste modo, a consciência humana é conformada pela relação entre o sistema de significações que sintetiza relações sociais de produção historicamente determinadas, e os sentidos pessoais construídos na prática social concreta dos sujeitos (Leontiev, 2004).

A partir do pressuposto de que a estrutura da consciência se desenvolve em consonância com a estrutura da atividade humana, Leontiev (2004) assevera que o rompimento entre a força de trabalho e os meios de produção repercutiu em uma conformação igualmente fragmentada da consciência dos sujeitos submetidos aos ditames da propriedade privada. O psicólogo soviético afirma apoiar essa constatação nos fundamentos teóricos de Marx e Engels (2015, p.35-36), segundo as quais, quando surge a divisão entre trabalho material e trabalho espiritual “a consciência pode imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo realmente sem representar algo real”. Portanto, a apropriação privada dos meios de produção e a consequente cisão entre a atividade manual e a atividade intelectual, inaugurou a conformação de representações distorcidas da realidade. Para os fins deste artigo, importa-nos aprofundar essa discussão.

Uma vez que o sistema de significações sintetiza as relações sociais de produção, as objetivações científicas, artísticas e filosóficas de uma dada sociedade, Leontiev (2004, p.101) assevera que o ser humano pensa e percebe o mundo “armado e limitado pelas representações e conhecimentos de sua época e momento histórico”. Portanto, o autor advoga que, a princípio, as pessoas imersas na sociabilidade burguesa compreendem a realidade pelo viés da ideologia dominante. Contudo, essas significações sociais não se adequam à experiência real dos sujeitos. Pelo contrário. Elas se opõem aos sentidos pessoais construídos nas práticas sociais dos indivíduos no modo de produção capitalista (Leontiev, 2004).

O autor evidencia essa inadequação na forma social do trabalho assalariado. Segundo ele, o significado social do conteúdo do trabalho é estranho ao sentido pessoal que se exprime no motivo da atividade laboral, qual seja, o salário a ser recebido para garantir a sobrevivência. À vista disso, “(...) a significação social do produto do seu trabalho não está escondida ao operário, mas ela é estranha ao sentido que este produto tem para ele. Se tivesse a possibilidade de escolher o seu trabalho, seria coagido a escolher antes de mais [nada] entre dois salários e não entre a tecelagem e a fiação” (Leontiev 2004, p.131). Por conseguinte, a cisão entre a esfera objetiva e subjetiva do trabalho repercute na fragmentação entre o significado social e o sentido pessoal da atividade produtiva realizada pela classe trabalhadora.

Da mesma forma, o motivo da atividade do capitalista industrial - qual seja, lucrar - se opõe ao significado social da produção de mercadorias voltada à satisfação das necessidades sociais. Ou seja, o capitalista repõe, em sua consciência, a finalidade mesquinha do capital de acumular valor, de modo que “o produto que o capitalista tem realmente em vista não é o produto palpável em si, mas o excedente de valor do produto, acima do valor do capital nele consumido” (Marx, 2017b, p.67). Por conseguinte, enquanto nas organizações sociais fundamentadas na atividade coletiva do trabalho, as relações sociais conectam o objetivo da ação com o motivo da atividade (Leontiev, 2004), na sociabilidade burguesa, essa conexão se apresenta como o poder fetichista da forma-dinheiro.

Leontiev (2021) afirma que o estranhamento entre os significados sociais e os sentidos pessoais aparece como um conflito interior que expressa a resistência do sujeito às relações aviltantes que o submetem. Seus escritos ressaltam que a fragmentação da consciência advém da desintegração da própria vida sob os preceitos da sociedade capitalista, de modo que, para além de identificar a inconsistência da

representação burguesa no confronto com a vida real, é necessário “que se realize na consciência do indivíduo uma transformação dos sentidos pessoais subjetivos em outros significados, adequados a ele (...) no contexto da luta pela consciência que ocorre na sociedade”. (Leontiev, 2021, p.174).

O psicólogo soviético destaca o caráter coletivo da atividade de trabalho, ainda que sob os imperativos da propriedade privada, como o meio pelo qual a classe trabalhadora construiu, ao longo da história, significações que superaram as mistificações burguesas e revelaram a necessidade da luta popular pela abolição da sociedade capitalista. Significações as quais conformaram, segundo o autor, os fundamentos do socialismo científico. Destarte, a consciência burguesa deve ser superada pela consciência de classe, premissa cuja origem na crítica marxiana à sociedade capitalista é evidente.

Trago a perspectiva de que a teoria de Leontiev (2004, 2021) sobre a formação da consciência na sociedade de classes se esteia não apenas nos escritos d’A Ideologia Alemã, mas também nos pressupostos da crítica marxiana à Economia Política. De acordo com Grespan (2019), a exposição crítica de Marx, construída ao longo dos três tomos d’O Capital, revela o modo de representação capitalista, ou seja, o modo como os fetiches que dirigem as práticas sociais são repostos na consciência historicamente determinada pela ordem social burguesa, ocultando a totalidade das relações sociais de produção e o papel dos sujeitos nessas relações. A exegese categorial marxiana expôs as conexões internas e antagônicas que constituem o modo de produção capitalista e o movimento por meio do qual essas contradições são ocultadas na superfície aparente da sociedade burguesa, de modo que a consciência dos sujeitos reproduz a manifestação atomística das formas sociais na esfera sensível.

Sobre as bases materiais que resultam na conformação fetichizada da representação burguesa do real, Marx (2017b, p.245) aponta:

As figuras acabadas das relações econômicas, tal como se mostram na superfície, em sua existência real e, por conseguinte, também nas representações por meio das quais os portadores e os agentes dessas relações procuram obter uma consciência clara dessas mesmas relações, são muito distintas e, de fato, invertidas, antitéticas a sua figura medular interior – essencial, porém encoberta – e ao conceito que lhe corresponde.

Portanto, na sociabilidade burguesa, as práticas sociais estão circunscritas a “figuras acabadas” que escondem a as determinações históricas que as constituem. Nossa busca por “obter uma consciência clara dessas relações” é interceptada por formas sociais invertidas, descoladas de seus nexos internos, que naturalizam o modo de produção capitalista. Assim, a investigação em tela propõe que a representação invertida das relações sociais de produção, inerente à intelecção burguesa do real (Marx, 2017a), se imprime no sistema de significados sociais que, conforme a teoria de Leontiev, traduz o mundo na consciência dos sujeitos.

Sustento, ainda, que, para além de uma teoria econômica, a exposição crítica de Marx (2017a) visa desmistificar a representação burguesa do real, endossada pela Economia Clássica, a qual reduz a sociabilidade capitalista à experiência social da classe dominante, impulsionando a reprodução da ordem social vigente. Na próxima seção, veremos como o autor alemão encontrou na dialética o método adequado

para desnudar os falseamentos da ideologia burguesa, revelar o movimento efetivo do capital e demonstrar a necessidade de sua superação pela práxis.

A dialética racional de Marx como instrumento para a práxis revolucionária

A fim de superar a representação burguesa do real, Marx rompeu com as epistemologias científicas vigentes, que concebiam os conflitos de classe “como uma lei natural da sociedade” (2017a, p.85), e desenvolveu um método de análise da sociedade capitalista pautado na configuração racional da dialética. Para tanto, incorporou grande parte das determinações da reflexão da lógica hegeliana, atribuindo-lhes “um conteúdo absolutamente original” (Ranière, 2011, p.34).

Essa originalidade resultou em um método “fundamentalmente não só diverso do hegeliano, mas seu oposto direto” (Marx, 2017a, p.85). Isso porque a irredutibilidade da oposição contraditória entre capital e trabalho no modo de produção capitalista levou Marx a identificar que, no movimento efetivo do capital, as contradições não se resolvem lógica e conceitualmente em um fundamento positivo, como no idealismo hegeliano (Müller, 1982; Grespan, 2019; Ranière, 2011). Pelo contrário, o desenvolvimento das categorias no capital, “cria a forma em que elas [as contradições] podem se mover” (Marx, 2017a, p.178). Vejamos esse processo com mais detalhamento.

De acordo com Marx (2011; 2017a), a ordem social burguesa se alicerça na contradição entre capital e trabalho, uma vez que, ao se personalizar nos meios de produção, o capital exclui o trabalho das condições objetivas de sua realização. Por outro lado, o inclui como momento de si ao sugar sua vitalidade para transformar “o trabalho passado, objetivado, morto - em capital, em valor que se autovaloriza, um monstro vivo que se põe a ‘trabalhar’” (Marx, 2017a, p.271). Esse movimento de exclusão e inclusão pressupõe a cisão entre “as condições objetivas e a força subjetiva de trabalho” (Marx, 2017a, p.645), ou seja, a ruptura da própria substância criadora do valor, o que impede que ela ascenda como sujeito da produção da riqueza e interdita a resolução idealista da contradição nas premissas hegelianas (Müller, 1982; Grespan, 2019; Ranière, 2011). Consequentemente, a contradição entre capital e trabalho só pode ser superada pela efetiva reconstituição da substância que produz valor, o que implica recuperar a unidade entre os meios de produção e a força de trabalho (Grespan, 2019). Em última instância, o novo fundamento pressupõe a transformação da realidade objetiva por meio da socialização dos meios de produção, processo que é necessariamente revolucionário, pois aniquila os alicerces do modo de produção capitalista (Ranière, 2011).

Por conseguinte, a dialética materialista supera o idealismo de Hegel ao demonstrar que “a resolução especulativa na unidade do conceito é que representa o lado aparente, mistificador, de uma realidade contraditória” (Müller, 1982, p.6). Nesse sentido, a exposição marxiana do capital revela que, no modo de produção capitalista, as contradições efetivas se movem sem serem superadas. Para tanto, invertem-se em identidades superficiais que lhes dão a aparência de um todo harmônico, adotando como forma de aparecimento o seu exato contrário (Grespan, 2019). A seguir, veremos que essas manifestações invertidas resultam das determinações históricas e sociais que alicerçam a ordem social burguesa.

Os sujeitos fazem, mas não sabem

Desde a análise das categorias mais simples do modo de produção capitalista, Marx (2017a) demonstra que as relações sociais aparentam ser determinadas por qualidades intrínsecas às mercadorias, de modo que a sociabilidade burguesa é naturalizada como um processo submetido ao movimento inerente às coisas, e, portanto, inescapável. Consequentemente, nosso engajamento nas práticas sociais capitalistas prescinde do conhecimento sobre a totalidade das relações de produção vigentes (Grespan, 2019). Isso acontece porque a subordinação do trabalho social à propriedade privada reduz a sociabilidade burguesa à esfera da circulação das mercadorias, na qual “o que interessa imediatamente aos agentes da troca de produtos é (...) em que proporções os produtos são trocados. Assim que essas proporções alcançam uma certa solidez habitual, elas aparentam derivar da natureza dos produtos do trabalho” (Marx, 2017a, p.149-150).

A representação social do valor como um atributo natural dos produtos tem origem na cisão entre a esfera subjetiva e a esfera objetiva do trabalho. Vale destacar que esta cisão tem suas bases históricas nas ofensivas genocidas das campanhas coloniais-capitalistas. Dessa fragmentação, deriva a contradição, interna à mercadoria, entre valor de uso e valor, externalizada e ocultada pela autonomização das formas sociais mercadoria e dinheiro. Portanto, ao se destacar de sua substância, o dinheiro esconde que, no valor das mercadorias - estabelecido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-las -, reside o caráter especificamente social dos trabalhos privados. Assim, os sujeitos perdem de vista que as trocas de mercadorias das quais participam são mediadas por relações sociais de produção “escondida[s] sob um invólucro material” (Marx, 2017b, p.149).

Nesse processo, o dinheiro se apresenta como o valor autonomizado que medeia as conexões sociais, de modo que, “só nessa forma coisal [os indivíduos] adquirem e comprovam seu poder social” (Marx, 2011, p.106). Esta forma coisal camufla que, na sociedade capitalista, o verdadeiro poder social é o poder do capital de se apropriar dos meios de produção e explorar a força de trabalho. Consequentemente, a sociabilidade burguesa aparenta reduzir-se a relações de troca entre vendedores e compradores de mercadorias que buscam satisfazer seus interesses particulares - comprar as mercadorias de que necessitam -, e que, apenas acidentalmente, servem aos interesses da coletividade. “Os economistas expressam isso do seguinte modo: cada um persegue seu interesse privado e apenas seu interesse privado; e serve, assim, sem sabê-lo ou desejá-lo, ao interesse privado de todos, ao interesse geral” (Marx, 2011, p.104).

A coisificação do nexos social limita as práticas sociais aos interesses privados e à indiferença recíproca entre os agentes sociais, de modo que “os indivíduos parecem independentes (...), livres para colidirem uns contra os outros e, nessa liberdade, trocar;” (Marx, 2011, p.111). Por conseguinte, constroem-se representações sociais nas quais os antagonismos de classe, bem como as opressões de gênero e raça, são ofuscados pela pretensa liberdade individual burguesa, segundo a qual os sujeitos são livres para traçarem o seu próprio caminho. A apresentação invertida das formas sociais esconde as amarras do capital que impõem às trabalhadoras e aos trabalhadores um único destino: o de trocar sua força de trabalho por meios

de subsistência. Por conseguinte, as práticas sociais que excluem a classe trabalhadora dos meios de produção e da riqueza social que ela produz parecem resultar da livre escolha dos indivíduos.

As formas jurídicas burguesas exercem um papel determinante na conformação dessa representação social invertida. Na circulação das mercadorias, que Marx (2017a, p.250) descreve ironicamente como o “Éden dos direitos inatos”, o contrato formal de trabalho é firmado por leis que asseguram o livre intercâmbio entre possuidores de mercadoria, o direito de propriedade fundado no trabalho, o livre exercício da vontade e a igualdade perante a lei. Contraditoriamente, essas mesmas premissas concedem ao capitalista o direito a extrair o mais-valor produzido pela força de trabalho que empregou.

Uma vez que a acumulação de valor só é possível pela usurpação do trabalho excedente, na contínua renovação da produção capitalista, a lei que assegura a igualdade de direitos entre as partes envolvidas no contrato de trabalho resulta na separação absoluta entre a força de trabalho e os meios de produção e subsistência, perpetuando o antagonismo entre a burguesia e a classe trabalhadora. Portanto, “a cisão entre propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, tinha origem na identidade de ambos” (Marx, 2017a, p.659). Da mesma forma, a aparência da esfera da circulação de mercadorias como esteio de liberdade e igualdade entre os sujeitos, esconde, nessa forma de apresentação, sua submissão ao roubo do trabalho excedente que rege a esfera da produção. Por conseguinte, igualdade e desigualdade formam uma unidade de contrários, na qual a igualdade jurídica é a aparência necessária da desigualdade social (Grespan, 2019).

Explicita-se a assertiva marxiana, mencionada na seção anterior, de que no capitalismo as contradições não se resolvem, elas se ocultam em formas sociais descoladas de seus nexos internos. Nesse processo, a forma-salário esconde que a acumulação de valor se realiza pela apropriação do trabalho não-pago. A forma-dinheiro oculta o caráter social dos trabalhos privados e impede que a classe trabalhadora se reconheça como produtora da riqueza social. A forma-mercadoria faz com que os produtos produzidos pela classe trabalhadora se apresentem como um poder estranho que a subjuga. A igualdade formalizada no contrato de trabalho mascara a desigualdade inerente às relações sociais de produção burguesa. A forma jurídica da propriedade privada moderna naturaliza a personificação do capital nos meios de produção e na organização do processo produtivo, apresentando-o como sujeito da valorização do valor (Marx, 2017b).

À vista disso, Marx (2017a) assevera que, na sociedade produtora de mercadorias, os sujeitos fazem, mas não sabem. Isso porque a consciência se constrói em unidade com as práticas sociais vigentes na esfera da circulação das mercadorias, na qual, como vimos, as relações sociais parecem ser determinadas pelo movimento inerente às coisas. Nessas manifestações invertidas “repousam todas as noções jurídicas, tanto do trabalhador como do capitalista, todas as mistificações do modo de produção capitalista, todas as suas ilusões de liberdade, todas as tolices apologéticas da economia vulgar” (Marx, 2017a, p.610). Destarte, a autonomização das formas sociais nubla a consciência dos sujeitos sobre as determinações de seus papéis sociais na totalidade da ordem social capitalista. À medida que a análise marxiana avança para níveis mais

concretos da sociabilidade burguesa, “cada vez mais a relação do capital se mistifica e cada vez menos se revela o segredo de seu organismo interno” (Marx, 2017b, p.74). É o que veremos a seguir.

A naturalização das formas irracionais na representação burguesa do real

De acordo com Grespan (2019), o modo de representação capitalista se completa na metáfora marxiana da fórmula trinitária “Capital-lucro (lucro empresarial mais juros), terra-renda fundiária, trabalho-salário” (Marx, 2017b, p.877). Nessa metáfora, Marx revela que as formas resultantes da decomposição e distribuição do valor e do mais-valor da mercadoria apresentam-se como o inverso do que são. Ou seja, aparecem como fontes do valor, distintas e independentes umas das outras. Portanto, o fato de o valor da mercadoria - ou seja, o trabalho nela objetivado - se distribuir entre salário, renda fundiária e lucro, cria a ilusão de que essas grandezas correspondem, respectivamente, ao valor produzido pelo trabalho, pela terra e pelo capital. Marx (2017b, p.929) adverte que “essa decomposição [do valor das mercadorias] se apresenta invertida na superfície visível da produção capitalista e, por conseguinte, na representação dos agentes que se encontram imersos nessa produção”.

Assim, “na superfície visível da produção capitalista” as formas da distribuição se separam de suas determinações históricas. Desse modo, escapa à representação dos agentes imersos nessa sociabilidade que o caráter social assumido pelas categorias aqui discutidas é específico às relações sociais de produção burguesas. Oculta-se que o trabalho assalariado é a forma socialmente determinada do trabalho no modo de produção capitalista, resultante da apropriação privada dos meios de produção e subsistência. Consequentemente, naturalizam-se as formas sociais burguesas decorrentes da autonomização das condições objetivas do trabalho: a terra torna-se sinônimo de propriedade fundiária e os meios de produção são naturalizados na forma de capital (Marx, 2017b).

É importante salientar que a força da representação burguesa do real se ancora na eternização da ordem social capitalista, que apaga a existência de formas históricas de produção da vida material cujas relações sociais não se submetem ao poder formal da propriedade privada. Aqui, vale reproduzir a assertiva marxiana de que “do ponto de vista de uma formação econômica superior da sociedade, a propriedade privada do globo terrestre nas mãos de indivíduos isolados parecerá tão absurda quanto a propriedade privada de um ser humano sobre outro ser humano” (Marx, 2017b, p.836).

Voltemos às inversões da fórmula trinitária que naturalizam absurdos. A pressuposição da força de trabalho como mercadoria esconde que a totalidade do valor objetivado nos produtos - não apenas o valor transfigurado na forma salário - é criada pelo trabalho, ao passo que as forças produtivas se apresentam como fontes de rendimento do mais-valor usurpado: a terra, como propriedade fundiária, parece gerar a renda, e o capital, personificado nos meios de produção, parece gerar o lucro. Destarte, ao apropriar-se do trabalho excedente e direcionar a distribuição do valor e do mais-valor, a propriedade privada rouba do trabalho a qualidade de substância criadora da riqueza social (Grespan, 2019).

No entanto, é na divisão da mais-valia - mistificada pela forma do lucro - entre ganho empresarial e juros, que as inversões que ocultam a origem do mais-valor se tornam ainda mais incisivas (Marx, 2017b).

Ao reservar parte do trabalho excedente para pagar o prestamista, o capitalista industrial concebe a fatia de mais-valor que lhe sobra como remuneração proveniente do trabalho de supervisão que ele desempenha. Ou seja, o ganho empresarial, originado da exploração da força de trabalho, se transfigura em “salário” equivalente às funções gerenciais do capitalista ativo. Em contrapartida, os juros - que nada mais são do que o direito do prestamista a uma parcela do mais-valor a ser produzido - se autonomizam do processo produtivo e parecem advir do poder místico do dinheiro de se autorreproduzir, despontando como a forma social ideal para sustentar a mística do capital como sujeito da valorização do valor. “Assim, criar valor torna-se uma qualidade do dinheiro tanto quanto dar peras é uma qualidade da pereira” (Marx, 2017b, p. 442).

Por conseguinte, a teoria marxiana revela que o capital se autonomiza, progressivamente, da produção e da realização do mais valor, alcançando seu ápice no capital portador de juros, em que “produz-se em toda sua pureza esse fetiche automático do valor que se valoriza a si mesmo, do dinheiro que gera dinheiro, mas que, ao assumir essa forma, não traz mais nenhuma cicatriz de seu nascimento” (Marx, 2017b, p.442). Ao igualar o trabalho explorado ao trabalho do capitalista ativo e se afirmar como coisa cuja capacidade de valorizar a si mesma independe do processo de produção, o capital portador de juros dilui a contradição entre capital e trabalho e se descola da real substância que o sustenta (Grespan, 2019).

O resgate da fórmula trinitária importa aos fins deste artigo por explicitar que o movimento contraditório do capital resulta na apresentação invertida das formas sociais na superfície imediata da sociabilidade burguesa, de modo que o caráter absurdo de suas premissas não causa qualquer estranhamento para os sujeitos inseridos nas relações sociais de produção capitalista. Na seção em que investiga o preço da terra, Marx (2017b, p.839) explicita esse descompasso:

As mediações das formas irracionais em que se apresentam e se resumem determinadas condições econômicas não importam nada aos agentes práticos dessas condições econômicas em sua atividade cotidiana, e estes, por estarem acostumados a se mover no interior delas, não ficam nem um pouco escandalizados com isso. Uma absoluta contradição não tem nada de misterioso para eles. Dentro das formas de manifestação que, abstraídas de seu contexto e tomadas isoladamente, são absurdas, eles se sentem tão à vontade quanto um peixe na água. Aqui é válido o que diz Hegel com referência a certas fórmulas matemáticas, a saber, que aquilo que o senso comum considera irracional é racional, e o que ele considera racional é a própria irracionalidade.

Para compreendermos a representação invertida do real como especificamente burguesa, é importante resgatarmos a unidade entre consciência e atividade, asseverada pelo arcabouço teórico da psicologia soviética, segundo a qual a construção da consciência está imbricada com a produção da vida material. Pelo fato de a experiência cotidiana dos agentes da sociabilidade capitalista ser mediada por manifestações ilógicas que ocultam a verdadeira natureza da mais-valia, esses agentes não se espantam com a inconsistência da premissa de que o valor advém da propriedade privada de um terreno, dos meios de produção ou do próprio dinheiro em sua forma autônoma. Portanto, é fundamental destacar que essa representação distorcida da realidade decorre da apresentação fetichizada das relações sociais de produção

burguesa (Grespan, 2019). Ou seja, as práticas sociais vigentes, submetidas ao movimento de formas sociais mistificadas, cristalizam-se no sistema de significações dominante que representa o mundo na consciência dos sujeitos. Assim, constrói-se a representação burguesa do real, para a qual o absurdo se apresenta como plausível, e o plausível soa absurdo.

A era da financeirização e o ápice da mistificação capitalista

Retomemos a contradição fundante do modo de produção capitalista explicitada pela dialética racional de Marx, qual seja, a cisão entre a força de trabalho e os meios objetivos para sua realização. Conforme o texto em tela buscou demonstrar, essa ruptura da substância criadora do valor faz com que a propriedade privada assuma formalmente o controle sobre a riqueza social criada pelo trabalho (Grespan, 2019). Portanto, o atual regime de acumulação financeirizado deve ser entendido como a intensificação dessa tendência do modo de produção capitalista em atribuir à propriedade privada a prerrogativa de fonte do valor. A etapa vigente é regida pelo capital portador de juros, definido por Marx (2017b, p.523) como “o ponto culminante da insanidade da concepção capitalista” por consistir na forma social mais adequada à apresentação mística do capital como sujeito que valoriza a si mesmo sem sair da esfera financeira.

François Chesnais (2005), um dos primeiros economistas marxistas a analisar a configuração vigente do capitalismo, define-a como a mundialização do capital sob o domínio do mercado financeiro, alçada por meio das medidas de liberalização e desregulamentação das finanças instituídas pelos países capitalistas desenvolvidos e impostas aos países periféricos. Tais medidas aboliram as restrições ao movimento contraditório e desmedido do capital, acentuando a polarização entre as finanças e o capital produtivo. Assim, em busca da máxima liquidez e rentabilidade, as instituições financeiras e os grupos de investidores institucionais passaram a controlar, em escala global, a produção e a distribuição do mais-valor, a cadência dos investimentos e a superexploração da força de trabalho (Chesnais, 2005).

Nessa perspectiva, a alavancagem financeira atendeu ao anseio do capital de negar o trabalho como substância da riqueza social por meio de novas conformações que acentuaram a mística da propriedade privada criadora de valor à revelia da produção. Consequentemente, a acumulação pautada no rendimento de títulos e ações sobrepôs-se ao investimento na esfera produtiva, de modo que, na superfície sensível da sociabilidade contemporânea, os ativos intangíveis se tornaram mais determinantes do que as forças objetivas e subjetivas do trabalho (Chesnais, 2005; Paulani, 2016).

Para fundamentar teoricamente o caráter rentista do capitalismo contemporâneo, a economista Leda Maria Paulani (2016) resgatou a teoria da renda de Marx e demonstrou as configurações renovadas dos diferentes tipos de rendimento destrinchados pela crítica marxiana ao modo de produção burguês. Dentre elas, interessa-nos, sobretudo, o papel de destaque alçado pelas formas correspondentes à renda absoluta, à renda de monopólio e aos juros e dividendos no capitalismo financeirizado.

Ao discorrer sobre a renda absoluta no setor agrícola, Marx (2017b, p.832) assevera que ela constitui uma parcela do mais-valor das mercadorias “que, em vez de refluir para a classe capitalista, que a extraiu dos trabalhadores, ela reflui para os proprietários fundiários, que a extraem dos capitalistas”. Ou

seja, o proprietário da terra abocanha, sob a forma de renda fundiária, a fatia do mais-valor que resulta da diferença entre o preço de produção e o preço de mercado, de modo a tornar permanentes os sobrelucros (Paulani, 2016).

De acordo com Paulani (2016), no capitalismo de dominância financeira, as mercadorias-conhecimento, resultantes do avanço das tecnologias digitais, consistem na nova forma social de renda absoluta. Ou seja, a apropriação privada do conhecimento contido nessas mercadorias intangíveis, tais como as patentes e os softwares, concede a quem as detém o direito de extrair parte do mais valor produzido pelos demais setores do capital global, impactando no nivelamento da taxa média de lucro. Tem-se, portanto, a conformação de mercadorias que têm preço, mas não têm valor, cujo rendimento deriva, pura e simplesmente, da propriedade (Paulani, 2016).

A renda de monopólio, por sua vez, advém de condições especiais de produção as quais resultam em mercadorias excepcionais, cujo valor se desvincula do tempo médio de trabalho necessário para sua produção e pode ser estabelecido de acordo com o preço que as pessoas estão dispostas a pagar para adquirir aquele bem (Marx, 2017b). O caráter monopolista destas condições produtivas privilegiadas permite a apropriação integral do valor excedente alcançado. Paulani (2016) alerta que, no capitalismo contemporâneo, a renda de monopólio deixou de depender de um conjunto de circunstâncias atípicas e passou a ser produzida por meio do monopólio das marcas, que ganharam centralidade na produção capitalista. Com efeito, no capitalismo financeirizado, os ativos intangíveis se sobrepõem aos ativos convencionais atrelados aos meios de produção (Paulani, 2016).

No que tange às expressões vigentes dos juros e dividendos, Paulani (2016) destaca que, por meio da incorporação da lógica da financeirização na esfera produtiva, a produção de mercadorias foi submetida aos ditames da valorização acionária. Nesse processo, sob a forma de títulos de propriedade sobre a riqueza a ser produzida, os dividendos passaram a prevalecer na disputa pela distribuição do valor e do mais-valor, comprimindo a parcela destinada aos salários e aos lucros retidos, designados ao reinvestimento nas forças produtivas. Ao analisar as consequências da proeminência dos rendimentos acionários na distribuição da riqueza social, Chesnais, (2005, p.58) aponta que “a taxa de investimento é duplamente atingida pela desaceleração do consumo dos assalariados e pela reduzida propensão a investir. A taxa de crescimento é lenta e o desemprego aumenta”. Essa constatação explicita a contradição fundante da financeirização: os agentes sociais submetidos a esse regime, em que a rentabilidade advinda da propriedade do capital se sobrepõe ao reinvestimento na esfera produtiva, esperam extrair percentuais altíssimos da mais-valia futura produzida por outrem, ao mesmo tempo em que desmantelam as bases do processo de produção da riqueza real (Chesnais, 2005). Por conseguinte, essas formas sociais guardam em si a contradição entre o impulso ilimitado da autovalorização e a dependência da produção real do mais-valor.

O detalhamento dessas novas conformações da propriedade visou demonstrar que, na era da financeirização, acentua-se a hegemonia da classe dominante pela apropriação do mais valor social em detrimento de sua produção, o que torna ainda mais frágeis as bases de sustentação da ordem social vigente (Chesnais, 2005). Isso porque, as formas sociais que medeiam as relações sociais entre os agentes

econômicos intensificam as inversões que negam a própria substância criadora da riqueza social. Com efeito, a acentuação da frequência e da gravidade das crises no capitalismo contemporâneo escancara que a realidade material é soberana e, mais dia menos dia, coloca em xeque as distorções entre a acumulação fictícia e a acumulação real.

Segundo Chesnais (2005, 2016), nesse contexto de aprofundamento da fragilidade do modo de produção capitalista, é vital o papel do Estado de transferir a riqueza real, produzida pela classe trabalhadora, para a elite financeira, por meio das políticas governamentais de titulização da dívida pública, austeridade fiscal, erosão salarial, dismantelamento dos direitos trabalhistas, privatização das empresas, dos serviços públicos e dos sistemas de previdência - ou seja, da famigerada agenda neoliberal. Por conseguinte, observa-se a diminuição do poder executivo do Estado frente às pressões da entidade fantasmagórica do mercado financeiro, a qual alçou a prerrogativa de submeter qualquer programa político aos ditames da oligarquia rentista.

Antes de encerrar esta seção, são importantes alguns apontamentos no que concerne à representação do capitalista sobre seu papel social na etapa da financeirização. Vimos que, na análise da fórmula trinitária, Marx (2017b, p.908) revelou que as inversões das formas sociais na superfície visível resultam em um “quiproquó (...) que está necessariamente ligado à ilusão de que o valor derive de seus próprios componentes.” Em decorrência disso, o capitalista industrial acredita ser um trabalhador cuja remuneração robusta advém de sua habilidade de empreender e gerir os custos do processo produtivo. E o prestamista, por sua vez, acredita que seu dinheiro “se reproduz a si mesmo e se incrementa na reprodução graças a sua qualidade inata de valor que se conserva e cresce eternamente” (Marx, 2017b, p.444-445).

Se, no século XIX, o burguês já desconhecia que sua riqueza derivava da usurpação do trabalho não pago, na etapa da financeirização, ele se encontra ainda mais ludibriado. Tomada pela “ilusão de querer fazer dinheiro sem a mediação do processo de produção” (Marx, 2014, p.135), a burguesia rentista acredita que seu enriquecimento provém do rendimento autônomo de seus títulos de propriedade. Portanto, as formas sociais que obscurecem seu verdadeiro papel na ordem social capitalista são ainda mais mistificadas.

Isso pode ser ilustrado pelo relato de Michael Hudson, historiador e economista especializado em finanças, sobre a repercussão de seu livro “Superimperialism”, publicado em 1972, cujo conteúdo revelou os mecanismos instituídos, por meio do Banco Mundial (BM) e do FMI, para instaurar a hegemonia imperialista dos EUA e, com ela, a etapa da financeirização. Hudson conta que, para sua surpresa, “os maiores compradores do livro foram o Departamento de Defesa [dos EUA] e a CIA (...). A organização para a qual eu trabalhava recebeu um contrato de 75.000, 85.000 dólares do Departamento de Defesa para que eu explicasse a eles como funcionava o imperialismo americano, (...) eles pensaram que era apenas espontâneo (...)”² (Geopolítica em português, 2023, tradução minha).

Na sequência, Hudson relata que foi convidado a ir até a Casa Branca para explicar como se estabeleceu a dominação política e econômica dos EUA justamente àqueles que a implementaram. Temos, nessa anedota tragicômica, a mais explícita demonstração dos sujeitos que fazem, mas não sabem, conforme Marx (2017a) preconizou. Assim, sob a égide do capital, as “vontades, decisões e escolhas são comandadas

por uma força alheia, em parte oculta, imputada aos agentes como se partisse deles mesmos” (Grespan, 2019, p.232).

Por outro lado, da mesma forma que o capital é sujeito automático por reger o movimento de autovalorização negando a substância que cria valor - e, portanto, a si mesmo - os capitalistas atribuem sua acumulação ao direito inato à propriedade privada, ao passo que derrubam os alicerces da esfera que produz a riqueza real. Tomemos como exemplo, novamente, a nação mais representativa da conformação contemporânea do modo de produção capitalista.

Na condição de império do mundo financeirizado, os EUA incorporaram, como nenhum outro país, a forma social do capital como um autômato que se valoriza infinitamente na esfera financeira, o que resultou na conhecida saga da desindustrialização³ norte-americana. Portanto, o epicentro da financeirização literalmente se autonomizou da produção e estabeleceu sua hegemonia extraindo mais-valor pelo poder formal do capital-propriedade (Chesnais, 2016).

Por conseguinte, o império do capitalismo financeiro reproduziu explicitamente o movimento contraditório do capital de negar a si mesmo por desconhecer a real fonte do valor, demonstrado pela dialética racional de Marx. Atualmente, as medidas econômicas absurdas⁴ adotadas pelos assessores de Washington para frear a plena decadência da hegemonia norte-americana, além de serem radicalmente antiliberais, têm impulsionado ainda mais o declínio da nação imperialista, revelando que a Casa Branca continua sem entender o caráter meramente formal de seu poderio. Com efeito, as práticas sociais obtusas dos porta-vozes da elite rentista explicitam que o impulsionamento da apresentação atomizada das relações sociais de produção capitalista acentuou a disparidade entre a representação burguesa do real e a realidade objetiva. À luz desta exposição sobre as reconfigurações da base material que conformaram a etapa atual do capitalismo, discutiremos, em seguida, a construção da consciência sob a égide da financeirização.

A devastação da vida e da consciência na era da financeirização

Conforme explicitado na seção anterior, o capitalismo de dominância financeira acirrou a autonomização da propriedade privada em relação à produção do mais-valor. Por conseguinte, diante da estagnação da produção e da realização do trabalho excedente, são arrancadas fatias cada vez maiores do trabalho necessário transfigurado na forma-salário, precarizando acentuadamente as condições de existência da classe trabalhadora. Neste cenário, a predominância do setor de serviços sobre o setor produtivo, alinhada aos contratos de trabalho ultra precarizados - tais como a terceirização, uberização e plataformização do trabalho, o contrato zero hora, a escala 6x1, o teletrabalho, entre outros - resultam em práticas sociais que intensificam o anuviamento da condição de classe das trabalhadoras e dos trabalhadores e entravam a luta anticapitalista (Antunes, 2018). Com efeito, diminuem-se as possibilidades de apropriação da “consciência socialista científica” (Leontiev, 2004, p.142), ou seja, do sistema de significados construído historicamente pelas lutas dos povos oprimidos, os quais superam as distorções da representação burguesa do real.

À vista disso, a concepção da sociedade capitalista como esteio da liberdade individual alcançou novos patamares. Na etapa da financeirização, o dismantelamento das leis trabalhistas apresenta-se como ampliação da autonomia dos sujeitos, sob a alegação ilusória de que são livres para definir o próprio ritmo, horário e metas de trabalho, negociar as condições laborais diretamente com o empregador e, até mesmo, serem seus próprios patrões (Antunes, 2018). Isso porque, a predominância do capital portador de juros e das formas sociais que dele derivam, acentua a representação de que o poder social vem do dinheiro tão somente, nublando sua origem na apropriação privada dos meios de produção e mascarando a contradição entre capital e trabalho.

Esse aprofundamento da mistificação das formas sociais se expressa inequivocamente nos significados linguísticos referentes ao empreendedorismo, que ganharam destaque inédito no mundo do trabalho. Enquanto na análise marxiana da oposição entre ganho empresarial e juros o capitalista industrial se concebia como “trabalhador”, na etapa atual, a classe trabalhadora é levada a se perceber como parte do empresariado. Por conseguinte, no capitalismo financeirizado, a premissa da sociabilidade burguesa de que todos os indivíduos são proprietários, nem que seja da própria força de trabalho, desdobra-se na representação de que todas as pessoas são empresárias, nem que seja de si mesmas.

A falácia do empreendedorismo fortaleceu as políticas de austeridade e privatização, ao passo que o mundo das finanças transformou em mercadorias as políticas sociais dismanteladas pelo receituário neoliberal, “promovendo a dívida como forma de atendimento às necessidades que deveriam ser ofertadas pelo Estado” (Ferreira, 2023, p.12). Para enfrentar a deterioração dos salários, os altos índices de desemprego e a precarização dos serviços públicos, a adesão ao rolo compressor do endividamento⁵ tornou-se uma prática social forçosa na etapa da financeirização, consolidando-se em mais um mecanismo de superexploração da classe trabalhadora pela burguesia rentista (Chesnais, 2016).

Nesse esteio, os juros exorbitantes cobrados pelo crédito à pessoa física para fins de consumo expressam a forma mais sem conceito e, portanto, mais irracional do capital como autômato que valoriza a si mesmo fora da esfera da produção (Marx, 2017b). Ou seja, a representação de que o dinheiro dá juros - assim como a pereira dá peras - esconde que o rendimento advém do direito do prestamista a uma parcela do mais valor a ser realizado pelo emprego do capital emprestado no processo produtivo. E que, no empréstimo para o consumo de bens, essa forma social é absurda, uma vez que é extraída, pelos capitalistas financeiros, dos poucos recursos da classe trabalhadora. À vista disso, a inadimplência é praticamente inevitável⁶, e garante a disponibilidade futura da força de trabalho no mercado, bem como sua sujeição a condições laborais cada vez mais precarizadas e desumanas.

É nesse cenário que os empresários e as empresárias de si devem gerir suas finanças pessoais, inovar, assumir riscos e empreender. O avanço da financeirização sobre as demais esferas da vida social é evidenciado pela grande repercussão dos preceitos da economia comportamental, teoria fundada para compreender os determinantes das decisões tomadas pelos agentes no mercado financeiro, segundo a qual a perpetuação da pobreza advém de decisões financeiras equivocadas (Fonseca, 2022). Não por acaso, o “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015” do BM adota essa teoria para justificar as desigualdades

socioeconômicas. Segundo o documento, “pobreza não é apenas a deficiência de recursos materiais, mas também um contexto no qual as decisões são tomadas. Ela pode impor um ônus cognitivo às pessoas, o que torna particularmente difícil para elas pensar de maneira ponderada (Mullainathan e Shafir, 2013)” (Banco Mundial, 2015, p.14).

O relatório defende que a condição de pobreza se relaciona com a tomada de decisão automática, o que explicaria os altos índices de endividamento, a prioridade das necessidades de consumo imediatas, a procrastinação e a falta de planejamento a longo prazo. Segundo essa representação absurda, a classe trabalhadora - produtora da riqueza social que sustenta o poder político e econômico de agências financeiras como o BM - seria incapaz de gerir investimentos, constituir poupança e consumir de forma consciente, por não pensar “de maneira ponderada”. Provando que não há limites para a hipocrisia burguesa, o documento, elaborado por uma instituição especializada em usurpar os recursos dos países periféricos por meio da armadilha do endividamento, conclui que a via para a superação da vulnerabilidade socioeconômica é a implementação de políticas que alterem o modelo mental responsável pela reprodução da pobreza.

Não por acaso, as redes sociais têm sido inundadas por bordões motivacionais meritocráticos – tais como “faça seu dinheiro trabalhar para você”, “trabalhe enquanto eles dormem” – que falseiam a origem da riqueza social para viralizar a representação individualista da competitividade neoliberal. Uma vez que, na era da financeirização, nosso papel nas relações sociais de produção é ainda mais mistificado, perdemos de vista que a acumulação de valor é prerrogativa dos que vivem da usurpação do trabalho alheio, e não das pessoas que trabalham. Portanto, trabalhamos enquanto eles dormem para atender aos novos patamares de superexploração da força de trabalho estabelecidos pelo regime de acumulação financeira. E para garantir o sono restaurador do capitalista financeiro, uma vez que “crescem seus juros, não importando se ele dorme ou está acordado, se está em casa ou viajando, se é dia ou noite” (Marx, 2017b, p. 443).

A romantização das jornadas de trabalho exaustivas esconde que o capitalismo contemporâneo precisa sugar todo o tempo livre da classe trabalhadora para lidar com a contradição entre a retração da produção e as exigências de alta rentabilidade financeira impostas pelos mercados. E, obviamente, para subsidiar o tempo livre da burguesia rentista. Assim, a etapa da financeirização exalta indivíduos produtivos, resilientes, proativos e flexíveis, pois tem como um de seus alicerces a construção de sujeitos que, para além de naturalizarem a precarização das condições de trabalho, a representem como meio para acumular e enriquecer.

Essas assertivas sobre a deterioração da vida social no regime de acumulação financeirizado nos ajudam a compreender suas repercussões na esfera política. Já adiantamos, na seção anterior, que as bases frágeis sobre as quais a mundialização das finanças se alicerça impuseram a completa submissão do aparato estatal às políticas neoliberais, com acentuados prejuízos para os países da periferia do capitalismo. Conforme atestado pela história recente da política brasileira, mesmo aqueles governantes que, ao “cacarejarem à esquerda e botarem ovos à direita”, eram capazes de amenizar as contradições pela via conciliatória, atualmente, têm qualquer aspiração semelhante imediatamente tolhida pelo poder autônomo das finanças. Por conseguinte, na etapa da financeirização, a representação burguesa de democracia liberal

se esfacelou diante da desmoralização de suas instituições. À vista disso, os ideais de igualdade, justiça e combate às mazelas sociais já não conseguem converter “o modo de produção capitalista num sistema de ‘harmonias’, em vez de antagonismos” (Marx, 2017b, p.683).

Frente ao desgaste do verniz democrático burguês, a hegemonia da classe dominante vem sendo legitimada pela incorporação da juridicização do conservadorismo cristão ao ideário ultraliberal (Birolli, Vaggione, Machado, 2020), conformando a coalizão de premissas tão contraditórias quanto os sustentáculos do capitalismo de dominância financeira. Embora o Estado laico burguês nunca tenha existido para além da aparência, é nítido que o progressivo afastamento entre os sentidos construídos na realidade e os princípios liberais de razoabilidade e racionalidade, levou o dogmatismo religioso a assumir abertamente a função de regulador dos papéis sociais, dos corpos e da consciência dos sujeitos no ápice da mistificação capitalista. À vista do desmonte dos direitos sociais e dos serviços públicos, o conservadorismo moral escancarou as bases racistas e machistas que alicerçam o modo de produção capitalista, canalizando o descontentamento social contra as populações historicamente marginalizadas.

Assim, sob o respaldo da grande mídia burguesa, o capitalismo contemporâneo conforma lideranças políticas a sua imagem e semelhança. O poder governamental tem sido ocupado por ridículos tiranos, os quais, sem constrangimento algum, coadunam o moralismo cristão à defesa do livre mercado, atacam as pautas antirracistas, os direitos trabalhistas, sexuais e reprodutivos, defendem o autoritarismo nacionalista estatal e se revestem da retórica antissistema. Na ausência de movimentos anticapitalistas que efetivamente disputam as consciências, o contrassenso da amálgama de ideias inconciliáveis defendidas por essas figuras, além de não gerar qualquer estranhamento, vem conquistando apoio popular massivo. Ainda que a incoerência dessas lideranças se acentue após assumirem a gestão da máquina pública, como vimos nos governos de Trump e de Bolsonaro, em que

(...) o radical discurso de combate à corrupção deu lugar a escândalos de corrupção; as promessas de melhoria econômica nacional e para a população como um todo se esvaíram com resultados desastrosos em termos de câmbio, inflação e geração de empregos; uma crescente histeria conservadora que, ao mesmo tempo que desvia a atenção dos fracassos políticos, sociais e econômicos, justifica o desmonte de setores como meio ambiente, cultura e direitos humanos, transferindo-se seus recursos ao agronegócio e a outros aliados políticos (Silva, 2023, p.255).

Portanto, à medida que o sistema de significações sociais se autonomiza da realidade concreta, ficamos cada vez mais à vontade, como peixes na água, frente a contradições absurdas, conforme dizia o trecho marxiano citado anteriormente (Marx, 2017b, p.839).

Ademais, no capitalismo contemporâneo, a força autônoma que controla a vida social manifesta-se na forma virtual e onipresente do mercado financeiro, fato que intensifica o processo de mistificação do real. As transações financeiras, caracterizadas pela crescente desvinculação com a produção da riqueza social, operam em uma esfera digitalizada na qual a especulação, os rumores e as informações fraudulentas se tornaram a principal estratégia para a acumulação fictícia. Ao manipularem as expectativas dos investidores, esses mecanismos inflacionam artificialmente o valor dos ativos, extraindo rendimentos

monetários que não têm qualquer correspondência com a produção real de valor (Chesnais, 2005). Em última instância, o mundo das finanças opera a partir de uma distorção sistemática da realidade objetiva, como se pudesse modificá-la ou prescindir totalmente dela.

A predominância da dimensão digitalizada nas relações sociais de produção vigentes tem impactado profundamente as demais esferas da vida social. O ciberespaço se tornou uma extensão da sociabilidade burguesa e consolidou um mercado digital onde a propagação de notícias falsas é uma prática altamente lucrativa. Valendo-se dos novos patamares de desconexão entre a representação e a realidade, as mídias virtuais têm impulsionado a disseminação de conteúdos cada vez mais tresloucados. Com efeito, a multiplicidade de versões sobre um mesmo fenômeno incutiu a premissa de que a verdade é uma questão de escolha individual, concedendo aos sujeitos a prerrogativa de moldarem a realidade de acordo com sua representação de mundo. À medida que essas práticas sociais ganharam espessura, as opiniões pessoais tornaram-se impermeáveis à correção factual, mesmo quando confrontadas por dados concretos.

A relativização da verdade, fomentada pelas correntes pós-modernas desde a consolidação do capitalismo de dominância financeira, evoluiu para a completa indiferença em relação à veracidade dos fatos, conformando um mundo onde a percepção subjetiva se sobrepõe à realidade objetiva. Esse fenômeno é evidenciado pelo ataque alarmante à ciência, pelo negacionismo climático, pelas *fake news* que propulsionam o pânico moral e a intolerância às diferenças, e pela crescente normalização das violências de gênero, raça e classe. Diante da falência do sistema de significados sociais vigente em representar realidade, inaugurou-se uma etapa em que a própria realidade parece ser determinada pela representação distorcida do real, impulsionada pelos algoritmos digitais do capitalismo financeirizado.

Marx (2017b, p.880) já havia identificado que a economia vulgar representava “as concepções dos agentes presos dentro das relações burguesas de produção (...), precisamente na forma de manifestação alienada das relações econômicas, nas quais essas aparecem, *prima facie*, como contradições totais e absurdas”. Não por acaso, no mesmo trecho desta citação está o conhecido preceito marxiano de que “toda a ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente”. Conforme vimos ao longo desta exposição, no capitalismo contemporâneo, intensifica-se a disparidade entre a manifestação e a essência das coisas. Com efeito, as concepções que naturalizam a apresentação absurda das formas sociais na superfície imediata parecem mais plausíveis do que as correlações internas que revelam a concretude do real, referendando a constatação de que, na sociabilidade burguesa, “aquilo que o senso comum considera irracional é racional, e o que ele considera racional é a própria irracionalidade” (Marx, 2017b, p.839).

De acordo com Leontiev (2004, p.139), a oposição entre a representação do mundo cunhada pela ideologia dominante e os sentidos construídos nas relações sociais concretas “não pode ser eliminada de outro modo a não ser pela transformação prática das condições objetivas que a criaram. Mais precisamente, se essas condições se conservam, esta inadequação só pode ser eliminada à custa de um repúdio pela consciência da vida real ou num processo de luta ativa contra as ditas condições”. É válido afirmar que, dada a escassez de espaços de luta pela superação da ordem social burguesa, os sujeitos submetidos ao

regime de acumulação financeirizado têm se refugiado na progressiva ruptura com a realidade. Portanto, da mesma forma que o capital se desvincula progressivamente do processo real de valorização, a representação burguesa se afasta da realidade concreta, e nos conduz à devastação da consciência (Leontiev, 2004).

Conclusão

É fato que as investigações de Marx não visavam a erudição acadêmica, a sistematização de uma teoria do método, tampouco o prestígio das castas intelectuais que, ainda hoje, limitam-se a interpretar o mundo. Conforme o autor explicitou no posfácio da segunda edição d'O Capital, sua obra tem como perspectiva desmistificar a ideologia burguesa por meio da dialética racional, evidenciando o potencial revolucionário da classe trabalhadora de “na intelecção positiva do existente, inclui[r], ao mesmo tempo, a intelecção de sua negação, de seu necessário perecimento” (Marx, 2017a, p.91).

Portanto, a exposição marxiana do modo de produção capitalista revela que a representação burguesa reflete unilateralmente a realidade. Ela se limita à “intelecção positiva do existente”, às formas sociais que apresentam o positivo harmônico, igualitário, e justo da sociabilidade burguesa e escondem suas contradições, ou seja, o seu negativo (Grespan, 2019). Por isso, os significados sociais que conformam a consciência na ordem social vigente se opõem aos sentidos pessoais construídos na experiência prática da classe trabalhadora, que vive cotidianamente o negativo da exploração, da desigualdade, da violência, da marginalização, das opressões de gênero e raça inerentes ao modo de produção capitalista. O negativo que não tem respaldo na representação burguesa do real, pois, como vimos, ela reflete “relações estranhas à vida” (Leontiev, 2004, p.139).

Por essa razão, Leontiev (2004) assevera que a história do movimento anticapitalista expressa a luta coletiva contra o falseamento da vida na consciência. A organização da classe trabalhadora construiu significações que transcenderam a visão de mundo burguesa, abarcaram a totalidade das relações sociais de produção e edificaram o socialismo científico. É nesse sentido que a obra marxiana constitui a consciência proletária do real. O que também explica o fato de as conclusões d'O Capital terem se tornado, rapidamente, “os princípios fundamentais do grande movimento da classe trabalhadora” (Engels, 2017 p.103), enquanto permanecem indecifráveis, até hoje, para muitos intelectuais renomados.

À luz desses preceitos, a presente exposição buscou investigar o impacto do estágio atual do modo de produção capitalista nas práticas sociais e no sistema de significados que interpretam o mundo na consciência dos sujeitos. Vimos que o regime de acumulação financeirizado constitui o ápice da mistificação capitalista por ser regido pelas formas mais fetichizadas e irracionais do capital. O imperativo do capital portador de juros, que apresenta a esfera financeira como fonte da riqueza, tornou ainda mais nebulosa a contradição entre capital e trabalho e intensificou o apagamento das determinações históricas do modo de produção capitalista. Afinal, se a produção da riqueza é externa à produção, não há exploração da força de trabalho, não há luta de classes sociais, não há, nem mesmo, sociedade, conforme advogava a porta-voz doutrinária do neoliberalismo (Thatcher, 1987).

À vista do desmonte dos direitos mais elementares, os princípios burgueses de igualdade, liberdade e justiça social que legitimavam a hegemonia da classe dominante deram lugar à aliança entre o fundamentalismo religioso e a ideologia empreendedora da guerra de todos contra todos. Nesse cenário, as significações dominantes assumem conformações cada vez mais mistificadas, ao passo que a digitalização das relações sociais impulsiona a subjugação da realidade aos falseamentos da representação burguesa.

Dado que a reformulação dos significados ocorre sob condições de luta na sociedade pela consciência das pessoas (Leontiev, 2021), a presente investigação permite alguns apontamentos sobre o modo como essa batalha tem sido travada na etapa da financeirização. Um deles diz respeito à digitalização da vida social, em decorrência da qual a militância marxista tem se concentrado cada vez mais nas redes sociais. Tendo em vista que a estrutura algorítmica das plataformas digitais reforça a adequação da realidade à representação, é seguro afirmar que essa esfera obstaculiza a disputa efetiva pela consciência da classe trabalhadora. No mais, o âmbito virtual tende a reduzir a militância a curtidas, compartilhamentos e seguidores; e as lideranças, a celebridades. Fenômeno que, em última instância, evidencia a prerrogativa da sociabilidade capitalista de transformar tudo em mercadoria, inclusive o ativismo anticapitalista.

Outro ponto a ser considerado é o posicionamento conciliatório de setores que representam a esquerda nacional, os quais, sob a justificativa de evitar o avanço da extrema direita, sufocam a oposição popular às medidas neoliberais adotadas por lideranças de aparência democrática. Essa avaliação perde de vista que a escalada do neoconservadorismo é consequência do esgotamento dessas mesmas instituições democráticas em assegurar condições dignas de vida para a classe trabalhadora. Justamente quando as organizações classistas deveriam desmascarar a representação burguesa e impulsionar a luta anticapitalista, seus dirigentes se propõem a restaurar um ideal de democracia tão inviável no atual estágio do capitalismo que nem mesmo a ideologia dominante consegue sustentá-lo.

Além de intensificar a percepção de que não existem diferenças substanciais entre os projetos políticos de direita e de esquerda, o fracasso da frente ampla nas últimas disputas eleitorais no Brasil evidenciou, mais uma vez, que a via conciliatória fortalece a retórica antissistema apropriada pelo ultraconservadorismo. Diante disso, é imprescindível que as análises de conjuntura ultrapassem a leitura empírica dos fenômenos, sob pena de atuarem como mais um veículo de distorção da realidade. Enquanto setores que se dizem de esquerda estabelecem como horizonte a restauração da democracia burguesa, é um contrassenso atribuírem seus reveses políticos às chamadas pautas identitárias ou a formulações condescendentes e elitistas - como ilustra a culpabilização do chamado “pobre de direita”. Além de inconsistentes, tais análises expõem a normalização de preconceitos de gênero, raça e classe dentro dos próprios movimentos classistas.

É importante reforçar que a financeirização expressa o movimento contraditório do capital, cuja tendência a se afirmar como sujeito da valorização do valor ameaça as bases que o sustentam (Marx, 2017b). Com efeito, os esforços para restaurar as instituições burguesas, desmanteladas pela lógica autodestrutiva do sistema capitalista, vão na contramão da superação radical da ordem social vigente. Esse argumento é fortalecido pelo fato de que, à medida que o capital se afasta da verdadeira fonte de valor, acentua-se a

discrepância entre a ideologia burguesa e a vida real, tornando-a ainda mais insustentável diante das significações construídas pelos movimentos emancipatórios, que revelam os antagonismos da sociedade capitalista e a urgência em superá-la.

Para finalizar, retomo que, de acordo com Leontiev (2024), a devastação da vida na sociabilidade burguesa leva ao rompimento dos sujeitos com a realidade quando lhes faltam os meios para compreendê-la e transformá-la. De modo a reverter o repúdio à vida real - intensificado na etapa da financeirização - a luta anticapitalista deve disputar as consciências por meio de práticas sociais revolucionárias que refutem a aparência eterna e intransponível do sistema capitalista e evidenciem a superação das contradições reais como a via que, efetivamente, transforma o curso da história.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da Servidão: um novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 2015: Mente, sociedade e comportamento**, Washington D.C. Banco Mundial, 2015.

BIROLI, F.; VAGGIONE, J. M.; MACHADO, M. das D. **Gênero, neoconservadorismo e democracia: Disputas e retrocessos na América Latina**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

CNC. Confederação Nacional do Comércio. **Balanco do endividamento e Inadimplência do Consumidor brasileiro em 2023**. Disponível em: <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2024/01/Relatorio-Peic-anual-.pdf> Acesso em: 8 set. 2024.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: Acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In CHESNAIS, François (org.) **A Finança Mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. **Finance capital today: corporations and banks in the lasting global slump**. Boston: Brill Academic Pub, 2016.

ENGELS, F. Prefácio da edição inglesa. In: MARX, K. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2017.

GEOPOLÍTICA EM PORTUGUÊS. Professor e economista Michael Hudson fala sobre dívida africana. Youtube, 22 jul. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HUWpvSIvSDs> Acesso em: 13 set. 2024.

GRESPLAN, J. **Marx e a crítica do modo de representação capitalista**. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, C.C. de O. Endividamento da classe trabalhadora no Brasil: elementos para análise a partir da categoria superexploração da força de trabalho. **Serv. Soc.**, São Paulo, v. 146(3), e-6628338, 2023

FONSECA, F.S. de T. Pobreza e tomada de decisão financeira: evidências de uma pesquisa em assentamentos rurais no estado de Tocantins. **Rev Econ Sociol Rural** [Internet]. 60(spe), 2022.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2004.

LEONTIEV, A. **Atividade, consciência e personalidade**. Bauru-SP: Mireveja, 2021.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MÜLLER, M. Exposição e Método Dialético em ‘O Capital’. **Boletim Seaf**, Minas Gerais, n. 02, 1982.

PAULANI, L. M. Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. **Revista de Economia Política** 36 (3), 2016.

RANIÈRE, J. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SILVA, R. A. T. M. L. da. Neoliberalismo, conservadorismo religioso e opressões de gênero e sexualidade no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, 146(1), 2023.

THATCHER, M. ‘Interview for “Woman’s Own” (“No Such Thing as Society”).’ in **Margaret Thatcher Foundation**: Speeches, Interviews and Other Statements. Disponível em <https://www.margaretthatcher.org/document/106689/>. Acesso em: 23 set. 2024.

Notas

¹ Doutora em Educação Escolar. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras (UFLA). Psicóloga. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta (GEPCO) e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Concreta da UFLA (GEPCO-UFLA) <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/820910>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8840545194207218>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8388-0036> E-mail: larissa.bulhoes@ufla.br.

² No original: “the largest purchasers of the book were the defense department and the CIA (...). The organization I worked for was given a 75 000, 85 000 dollar defense department contract for me to come to explain to them how American imperialism worked (...) they thought it was just spontaneous(...)”

³ Ver <https://www.bls.gov/opub/btn/volume-9/forty-years-of-falling-manufacturing-employment.htm>

⁴ Ver <https://www.assbrasiljornalistas.org/e-assim-que-a-economia-multipolar-nasce-analistas-mostram-como-sancoes-se-voltaram-contras-eua-2/>

⁵ Em 2023, o endividamento alcançou 77,8% das famílias brasileiras e o comprometimento médio da renda mensal com dívidas atingiu 30,3%. (CNC, 2024)

⁶ “A proporção de famílias com dívidas atrasadas foi mais expressiva entre as famílias de menor renda, que sofreram mais com o alto nível de juros e preços, especialmente no grupo de despesas de maior peso nos orçamentos desses consumidores (alimentação, saúde, habitação)”. (CNC, 2024, p. 14)

Recebido em: 01 de out. 2024

Aprovado em: 30 de set. 2025